

Editorial

Mauro FRANCO NETO¹

Em seu quinto número, a *Revista Histórias Públicas* traz aos seus leitores um novo conjunto de textos que certifica seu rápido crescimento e ganho de relevância dentro da comunidade historiadora brasileira. Assim, neste número, a RHP publica o dossiê “O Regime Vargas em Perspectiva”, organizado pelos pesquisadores Thiago Mourelle (Arquivo Nacional) e Thiago Fidelis (UEMG), integrantes do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (UERJ/CNPq). O dossiê é composto por oito artigos e, como usualmente feito pela revista, uma entrevista e uma resenha acerca, respectivamente, de um pesquisador e de uma obra relevantes na temática proposta. O atual número traz ainda artigos livres e um texto, realizado no modelo “Conversação”, em que Juniele Rabêlo de Almeida (UFF) e Francisco Santhiago Jr. (UFRN) questionam diversos especialistas, brasileiros e estrangeiros, sobre os desafios da História Pública hoje.

O atual número também chega em um momento particular, no qual a comunidade científica brasileira discute a mudança de foco da avaliação dos periódicos científicos para o artigo publicado, anunciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Assim, o *Qualis Periódicos* não mais existirá como hoje e o que passará a contar é a relevância da produção científica por si. Tendo ainda mais dúvidas do que certezas sobre as consequências que tal mudança trará e ciente de que há um conjunto amplo de desafios que ensejaram tal mudança, como por exemplo

¹ Editor-chefe da Revista Histórias Públicas. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). UEMG. Divinópolis. MG. Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5473-8436> E-mail: mauro.neto@uemg.br

um debate sobre a internacionalização da produção científica brasileira (que, em tese, seria favorecida com o novo formato de avaliação), contribui com alguns questionamentos: já não haveria uma avaliação qualitativa de artigos quando revisados e aprovados pelos pares? Não estaria em jogo uma desvalorização de periódicos com boas práticas editoriais ao mudar o foco de avaliação? Não se configuraria uma hiperindividualização de algo que, observado seu processo na íntegra (perfil da revista, práticas editoriais, corpo de pareceristas, revisores etc.), tem na coletividade de uma comunidade sua força? A consideração de índices de citação e indicadores alternativos, ou “altimétricos”, como menções em sites e redes sociais e números de downloads, passando por plataformas cuja lógica de funcionamento ou são desconhecidas, ou passam ao largo do interesse público, não apresentaria riscos importantes?

Como cada uma das áreas poderá utilizar um ou a combinação de três procedimentos (todos com foco nos artigos) oferecidos pela Capes como substituição do Qualis Periódicos, acredito que os trabalhos realizados por nossa comunidade historiadora no interior do Fórum de Editores da ANPUH, que vem se desenvolvendo desde 2017 e produzindo importantes documentos orientadores para o campo, poderá nos auxiliar em uma avaliação dos aspectos que projetamos como relevantes para os periódicos da área.

Por fim, como não poderia ser diferente, o momento exige uma palavra sobre o plano do governo estadual de oferecer os bens e a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) à União para pagar dívidas. Há um ano, escrevíamos o editorial de nosso terceiro número, logo após o encerramento de uma greve docente, destacando as demandas estruturais por investimento e melhoria da carreira na universidade. Neste ano, com tais demandas ainda abertas, observamos uma radicalização do governo que, para além de não atender a categoria, propôs o que, na prática, e como apontado pela reitoria, pelo sindicato e por analistas, representaria o fim da UEMG. Sem seus prédios de aula, laboratórios e gestão, sem segurança de regime jurídico de trabalho para os docentes, sem qualquer sinalização do governo federal de que teria interesse em acolher a universidade, o único lastro que realmente poderíamos nos fiar é aquele que versa no projeto enviado à ALMG sobre, em caso da União não manifestar interesse por determinados imóveis, o Estado poder vendê-los à iniciativa privada.

E não é só: a entrega dos imóveis pode ser feita com possibilidade de pagamento parcelado, uso em fundos de investimento ou permuta. Diz ainda o projeto que, se duas tentativas de licitação forem fracassadas ou desertas, o governo poderá aplicar descontos de até 45% sobre o valor de avaliação e realizar a venda direta ao mercado. Estaríamos diante, portanto, de um excelente negócio para um mercado de universidades privadas, bastante interessado em acolher os estudantes trabalhadores que compõem o perfil hegemônico de matriculados na UEMG?

Na UEMG, a cada ano, sua continuidade é tudo menos que uma certeza. Ainda assim, enquanto a universidade existir, a *Revista Histórias Públicas* reafirma seu compromisso em publicar ciência de ponta e zelar por boas práticas editoriais.

Em tempo: dedicamos esta edição à memória de Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa, falecido no início deste ano, e que contribuiu com o número que agora publicamos.

Boa leitura!